SUMÁRIO

Prefeitura de São José dos Campos - SP
Professor II - História

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões que possibilitem avaliar a capacidade de Interpretação de texto 1
conhecimento da norma culta na modalidade escrita do idioma e aplicação da Ortografia oficial..... 6
Acentuação gráfica..... 17
Pontuação 19
Classes gramaticais; Pronomes: emprego e colocação..... 24
Concordância verbal e nominal 37
Regência nominal e verbal 39
Questões 42
Gabarito..... 60

MATEMÁTICA

Teoria dos Conjuntos..... 1
Conjuntos dos números Reais (R): operações, propriedades e problemas..... 7
Cálculos Algébricos 10
Grandezas Proporcionais..... 20
Regra de Três Simples e Composta..... 23
Porcentagem e Juro Simples 25
Sistema Monetário Brasileiro..... 29
Equação do Primeiro e Segundo Graus - problemas..... 32
Sistema Decimal de Medidas (comprimento, superfície, volume, massa, capacidade e tempo) - transformação de unidades e resolução de problemas 36
Geometria: ponto, reta, plano – ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteroscircunferência, círculo e seus elementos respectivos – figuras geométricas planas (perímetros e áreas) 42
sólidos geométricos (figuras espaciais): seus elementos e volumes 59
Funções do 1º e 2º graus 67
Sequências, Progressões Aritméticas e Geométricas..... 77
Resolução de problemas..... 82
Questões 88
Gabarito..... 94

SUMÁRIO

SUMÁRIO

INFORMÁTICA

Sistema Operacional Microsoft Windows 1
Microsoft Office: Editor de textos Word e Planilha Excel. Microsoft Office (2013, 2016) 22
Internet e ferramentas 58
Questões 65
Gabarito 71

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

O sistema escolar brasileiro segundo a legislação atual 1
A construção do conhecimento 3
Atividades adequadas e utilização de jogos na aprendizagem 4
o processo de ensino e aprendizagem: a ação pedagógica 9
A avaliação da aprendizagem 11
Integração escola, família e comunidade 13
O papel do professor no mundo atual 15
Questões 18
Gabarito 21

BIBLIOGRAFIA GERAL

Constituição Federal de 1988 – (artigos 205 a 214) 1
Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN 6
Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 1º ao 6º; 15 ao 18-B; 53 a 59; 131 a 138) 38
BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008 43
BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica 52
BACICH, Lilian. et al. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015 62
BEAUDOIN, Marie-Nathalie; TAYLOR, Mauree. Bullying e desrespeito: como acabar com essa cultura na escola. Porto Alegre: Artmed, 2006 63
CAMARGO, Fausto. DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018 63
CARBONELL, J. Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2016 64

SUMÁRIO

SUMÁRIO

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2010 64

CHRISPINO A.; CHRISPINO, R. S. P. A mediação do conflito escolar. 2. ed. São Paulo: Biruta, 2011 65

COLL, César. Comunidades de aprendizagem e educação escolar 66

COHEN, Elizabeth G.; LOTAN, Rachel A. Planejando o Trabalho em Grupo. Estratégias para salas de aula heterogêneas. Porto Alegre. Penso, 2017 67

GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. 19. ed. São Paulo: LOYOLA EDICOES, 2011 68

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2. abr./jun. 2000 69

IMBERNÓN, Francisco, Formação Docente e Profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Volume 14. (Coleção Questões da Nossa Época) 70

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012 72

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012 73

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011 73

MORAN, José. BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018 74

MURICI, Izabela Lanna; CHAVES Neuza. Gestão para Resultados na Educação. 2. ed. São Paulo: Falconi, 2016 75

WEISZ, Telma, O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem. 2. ed. Ática, 2000 75

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Práticas de pesquisa no ensino de História 1

Fundamentos, métodos e objetivos do ensino de História 8

Construção da consciência histórica 15

Uso de fontes históricas e documentos na sala de aula 21

Currículo de História conforme a BNCC 28

Cultura afro-brasileira e indígena no ensino de História 36

Educação histórica e diversidade cultural 42

Avaliação da aprendizagem em História 49

Formação docente em História: saberes e práticas 55

Projetos interdisciplinares no ensino de História 63

Cinema e linguagens audiovisuais como recurso didático 70

Arqueologia e suas contribuições para a aprendizagem histórica 76

Temas contemporâneos no ensino de História 83

História do século XX e suas implicações educativas 90

SUMÁRIO

Educação crítica, emancipatória e interdisciplinar 96
Tecnologias, inovação pedagógica e mediação no ensino 102
Metodologias ativas – Ensino Híbrido 108
Questões 111
Gabarito 115

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). Ensino de História e suas práticas de pesquisa. 2021 1
Base Nacional Comum Curricular - Educação é a base. – Assuntos relacionados à HISTÓRIA 3
BARROSO, Véra Lúcia Maciel et al. Ensino de História: desafios contemporâneos. 2010 4
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2008 7
CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e Consciência Histórica. 2011 9
DEMO, Pedro. Educação, currículo e projetos interdisciplinares. São Paulo: Cortez, 2012 12
FERRO, Marc. Cinema e História. 2010 14
FUNARI, Pedro Paulo. História e Arqueologia: Uma Introdução. São Paulo: Contexto, 2018 17
HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos. 1995 19
MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História e cultura afro-brasileira. 2010 22
MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 2015 24
ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. História e cultura indígena na escola. 2012 26
RODRIGUES, Solange B. Avaliação no Ensino de História. 2015 29
SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensino de História: conceitos, práticas e saberes docentes. 2013 31
VASCONCELLOS, Maria Helena Souza (org.). Ensino de História: abordagens e práticas. 2014 34

Língua Portuguesa

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– Vocabulário : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– Sintaxe: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– Coesão e coerência: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

Matemática

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

$\in$: pertence

$\notin$: não pertence

$\subset$: está contido

$\not\subset$: não está contido

$\supset$: contém

$\not\supset$: não contém

/: tal que

$\Longrightarrow$: implica que

$\Leftrightarrow$: se,e somente se

$\exists$: existe

$\nexists$: não existe

$\forall$: para todo(ou qualquer que seja)

$\varnothing$: conjunto vazio

N: conjunto dos números naturais

Z: conjunto dos números inteiros

Q: conjunto dos números racionais

I: conjunto dos números irracionais

R: conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto

$$S=\{1, 3, 5, 7, 9\}$$

- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in N | x<8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0,1,2,3,4,5,6,7\}$$

Informática

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

− **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.

− **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.

− **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.

− **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Instalação do Windows

– Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.

– Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.

– Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.

– Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).

– Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.

– Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Conhecimentos Pedagógicos

O sistema escolar brasileiro é regulado por um conjunto de normas que garantem o direito à educação e estabelecem diretrizes para sua organização e funcionamento. A principal legislação que rege o ensino no Brasil é a Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 205 ao 214, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), atualizado periodicamente, estabelece metas para o desenvolvimento da educação no país. Este texto abordará a estrutura do sistema escolar brasileiro conforme a legislação vigente, detalhando seus níveis e modalidades, a organização federativa da educação e os desafios enfrentados na implementação das políticas educacionais.

Princípios e Diretrizes da Educação Brasileira

Princípios Fundamentais

A educação no Brasil deve seguir princípios previstos na Constituição Federal, especialmente no artigo 206, que estabelece diretrizes como:

- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Gestão democrática do ensino público;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Garantia de padrão de qualidade;
- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Além disso, a LDB reforça esses princípios e define regras para o funcionamento da educação básica e superior.

Diretrizes da Política Educacional

A política educacional brasileira segue diretrizes nacionais formuladas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com participação dos estados e municípios. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas a serem cumpridas em um período de 10 anos, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior.

Estrutura do Sistema Escolar Brasileiro

Educação Básica

A educação básica é composta por três etapas:

- Educação Infantil (creche e pré-escola, para crianças de 0 a 5 anos);
- Ensino Fundamental (anos iniciais e finais, do 1º ao 9º ano, obrigatório para crianças de 6 a 14 anos);
- Ensino Médio (3 anos de duração, obrigatório para adolescentes a partir de 15 anos).

A obrigatoriedade da educação básica está prevista no artigo 208 da Constituição e na LDB, que estabelece a responsabilidade do Estado em garantir o acesso universal.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

Conhecimentos Específicos

A importância da pesquisa no ensino de História

A pesquisa no ensino de História vai muito além da simples busca por informações em livros ou na internet. Ela representa uma abordagem ativa e crítica de construção do conhecimento, que possibilita ao estudante desenvolver habilidades essenciais, como a análise de fontes, a reflexão sobre diferentes perspectivas e a interpretação de contextos históricos.

Quando bem aplicada, a pesquisa transforma o estudante em protagonista do processo de aprendizagem, permitindo que ele se envolva diretamente com os objetos de estudo e compreenda o funcionamento da produção do saber histórico.

▸ Pesquisa como ferramenta de aprendizado ativo

Uma das grandes contribuições da pesquisa no ensino de História é a ruptura com o modelo tradicional baseado apenas na memorização de datas e eventos. Ao invés disso, o aluno é incentivado a formular perguntas, buscar evidências, comparar versões e construir interpretações próprias. Essa prática estimula o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual, habilidades fundamentais tanto para o exercício da cidadania quanto para a formação acadêmica e profissional.

Além disso, a pesquisa promove uma aprendizagem significativa. Ao investigar temas que fazem sentido para o estudante – como a história do seu bairro, da sua família ou da sua cidade – ele consegue estabelecer conexões entre o conteúdo escolar e sua realidade cotidiana. Isso fortalece seu interesse pelo conhecimento histórico e valoriza a disciplina como um campo vivo e dinâmico.

▸ Formação da consciência histórica

Outro aspecto relevante é que a pesquisa contribui diretamente para a formação da consciência histórica. Isso significa dizer que, ao se deparar com fontes diversas, narrativas conflitantes e interpretações distintas, o aluno aprende que a História não é um conjunto fixo de verdades, mas sim um campo de disputas, escolhas e interpretações. Ele passa a compreender que o passado é constantemente reavaliado à luz de novos olhares e contextos, e que seu entendimento está sempre em construção.

A pesquisa, portanto, ensina o estudante a lidar com a complexidade do tempo histórico, desenvolvendo nele a capacidade de perceber continuidades e rupturas, permanências e mudanças. Ao fazer isso, contribui para que ele compreenda melhor o presente e seja capaz de agir de forma mais consciente no mundo.

Desenvolvimento de competências específicas da área:

A prática da pesquisa histórica também permite a aquisição de competências específicas da área, como:

- Identificação e análise de fontes históricas (documentos, imagens, relatos orais etc.);
- Compreensão dos diferentes usos do tempo (cronológico, histórico, vivido, mitológico);
- Leitura crítica de textos e narrativas;
- Construção de argumentos com base em evidências;
- Comunicação de conclusões por meio de textos, exposições ou produtos criativos.

Essas competências são fundamentais para o letramento histórico, ou seja, para a capacidade de “ler” o mundo historicamente, entendendo os processos que o moldaram e as disputas que o atravessam.

Bibliografia Específica

Publicado em 2021, o livro Ensino de História e suas práticas de pesquisa, organizado por Juliana Alves de Andrade e Nilton Mullet Pereira, reúne reflexões e experiências de diversos pesquisadores voltados para a interface entre teoria, prática docente e pesquisa no campo do ensino de História. A obra insere-se em um movimento acadêmico que busca consolidar o ensino de História como um campo autônomo de pesquisa, articulado tanto com a historiografia quanto com as ciências da educação.

Juliana Alves de Andrade é doutora em Educação e pesquisadora atuante nas áreas de formação docente e ensino de História, com ênfase nas questões de gênero, memória e práticas escolares. Nilton Mullet Pereira, por sua vez, é professor com larga produção no campo da teoria da História e do ensino de História, com destaque para temas como narrativa histórica, usos públicos da história e ensino de temporalidades. Ambos organizadores têm trajetória consolidada no ensino superior e em programas de pós-graduação voltados à formação de professores.

A obra foi publicada no contexto de crescente valorização da pesquisa educacional que nasce da prática docente e que é conduzida por professores atuantes na Educação Básica. Assim, ela se destina a um público amplo: licenciandos em História, professores da rede pública, formadores de docentes, coordenadores pedagógicos e pesquisadores interessados nas transformações contemporâneas do ensino de História. A coletânea busca oferecer elementos teóricos, metodológicos e empíricos que favoreçam a compreensão do trabalho docente como uma atividade intelectual e investigativa.

A estrutura do livro é composta por diferentes capítulos escritos por autores de variadas regiões do Brasil, o que confere diversidade de experiências e contextos educacionais à obra. Ainda que os textos apresentem enfoques e objetos distintos, há uma forte unidade em torno de alguns eixos centrais: a valorização da prática docente como espaço de pesquisa, a defesa de um ensino de História crítico e comprometido com a formação cidadã, e a articulação entre narrativas históricas, memória, identidade e diversidade cultural.

No plano teórico, a coletânea dialoga com diversos autores que vêm consolidando o ensino de História como campo específico do saber. Entre os principais referenciais mobilizados, destacam-se Jörn Rüsen, com sua teoria das narrativas históricas e da consciência histórica; Circe Bittencourt, referência na didática da História no Brasil; e Paulo Freire, cuja pedagogia crítica fundamenta as reflexões sobre a prática como elemento formativo e político. Essa base teórica é utilizada para afirmar a ideia de que o ensino de História deve ultrapassar a simples transmissão de conteúdos cronológicos, passando a atuar como prática social comprometida com a compreensão crítica do presente e com a construção de identidades democráticas.

Outro ponto importante da obra é a discussão sobre os conceitos de memória, identidade e lugar de fala, os quais aparecem em diversos capítulos como categorias essenciais para pensar o ensino de História em contextos marcados pela diversidade e pela desigualdade. Os autores defendem que o trabalho com a história na escola deve considerar as múltiplas vozes e experiências dos sujeitos históricos, especialmente aqueles tradicionalmente marginalizados nas narrativas oficiais — como indígenas, mulheres, negros e classes populares.

Nesse sentido, os capítulos reforçam a importância de uma abordagem plural e situada do conhecimento histórico, que dialogue com os repertórios culturais dos estudantes e com os desafios vividos no cotidiano escolar. A prática docente, nessa perspectiva, é entendida como ato político e como forma de intervenção no mundo, exigindo constante reflexão crítica sobre o currículo, os materiais didáticos, os processos avaliativos e as relações pedagógicas.

A coletânea também enfatiza a relevância da pesquisa como ferramenta formativa para o professor de História. Diferente da visão tradicional que separa o docente do pesquisador, os textos defendem a ideia de que o professor é, ou pode ser, também pesquisador de sua prática. Isso implica reconhecer o valor do conhecimento produzido no chão da escola, a partir das experiências concretas de ensino-aprendizagem, e compreender que tais experiências geram saberes pedagógicos legítimos. A pesquisa, portanto, é tratada não como um exercício exclusivamente acadêmico, mas como parte constitutiva do trabalho docente, favorecendo a autonomia, a reflexão e a construção de práticas pedagógicas mais eficazes e contextualizadas.